



## TERMO DE REFERÊNCIA

### 1. DEFINIÇÃO DO OBJETO, SEUS QUANTITATIVOS E SEUS VALORES (Art. 6, inciso XXIII, alínea “a” E “i” da Lei 14.133/2021)

Aquisição de EPI'S de segurança é extremamente necessário e obrigatório para a proteção física dos funcionários que executam o trabalho pesado na secretaria de infraestrutura, seja ele o pedreiro, carpinteiro, eletricista, motorista, e demais profissionais que venham a necessitar de equipamentos de segurança para a realização da demanda de trabalho do município.

Os EPIs (Equipamentos de Proteção Individual) existem para proteger a integridade física e a saúde do trabalhador, sendo a última linha de defesa contra acidentes e doenças relacionadas ao trabalho, quando as medidas coletivas não são suficientes. Eles previnem lesões sérias, mortes e garantem que a norma técnica NR 6 seja seguida.

Defendem contra perigos físicos (barulho, calor), químicos (fumos, solventes), biológicos (vírus, bactérias) e acidentais (quedas, cortes). Prevenção de riscos a longo prazo, como perda de audição e doenças respiratórias.

A NR 6 estabelece que as empresas devem fornecer gratuitamente, sem custos, os Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) que sejam apropriados, certificados (CA). O uso adequado de EPIs torna o ambiente laboral mais seguro e eficiente, evitando acidentes antes que eles aconteçam.

Os benefícios mais relevantes são a proteção em relação aos riscos que se corre (físicos, químicos e biológicos), a diminuição de acidentes de trabalho e doenças ocupacionais e a adequação às exigências legais.

Portanto a aquisição de EPI's é extremamente necessário e obrigatório para evitar acidentes de trabalhos, doenças, afastamento do funcionário acarretados por não usar o EPI ou por usar incorretamente, e para assegurar que todos os funcionários estão exercendo o serviço com total segurança.





PREFEITURA DE MORRO DA FUMAÇA  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
SECRETARIA DO SISTEMA DE INFRAESTRUTURA

Item	PRODUTO	SIGLA	QUANT.	VLR UNIT.	VLR TOTAL
1	SAPATÃO DE COURO PRETO VULCAFLEX 10VT48 PRETO COM BICO PVC, TAMANHOS: <b>40; 41;42; 43; 44, 45 e 46</b>	UN	51	56,90	2.901,90
2	BOTA PVC, COR PRETA, CANO LONGO, CONFECCIONADO EM PVC FORRADA NUMERAÇÃO DE <b>43.</b>	UN	07	49,99	349,93
3	CAPA DE CHUVA COM CAPUZ PRODUZIDA EM PVC AMARELO; ULTRA FORTE; TAMANHOS <b>P; M; G; GG; EXG; EXGG; EXXGG.</b>	UN	09	21,90	197,10
4	JARDINEIRA MACACÃO COM BOTA PVC 100% IMPERMEÁVEL (PANTANEIRO), TAMANHO <b>46</b>	UN	03	255,90	767,70

O valor total estimado da contratação é de **R\$ 4.216,63** (Quatro mil, duzentos e dezesseis reais e sessenta e três centavos).

**2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO (Art. 6, inciso XXIII, alínea “b” da Lei 14.133/2021)**





A aquisição desses EPI's se faz necessário para atender todas as demandas do município, facilitando, agilizando e tornando o serviço executado com total eficiência e segurança.

Esses EPI's ajudam a manter a segurança no trabalho, evitando acidentes e doenças, suprem todas as necessidades voltadas a manutenção de escolas, creches, ESF, e vários setores da repartição pública, tornando o serviço prestado ágil e eficaz.

Art. 69. Ficam dispensados de parecer jurídico e de parecer do Controle Interno as situações onde o instrumento de contrato não for obrigatório, nos termos do artigo 95, da Lei Federal Nº 14.133, de 1º de abril de 2021, bem como àquelas onde a minuta de edital e/ou de contrato estiver padronizado pelos respectivos órgãos.

**3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO, CONSIDERANDO O CICLO DE VIDA DO OBJETO (Art. 6, inciso XXIII, alínea “c” da Lei 14.133/2021)**

A solução mais vantajosa consiste na aquisição desses EPI's para manter a segurança, facilitar o serviço prestado, reduzir custos e manter a obrigatoriedade da NR-6.

Esses EPI's facilitam muito o dia a dia dos funcionários que realizam os serviços braçais, mantendo a segurança, proporcionando um certo conforto com a utilização de sapatão por exemplo, botas, capa de chuva, jardineiras com bota, etc., proporcionando um serviço mais ágil e com segurança.

Em resumo, a solução mais vantajosa para manter o andamento dos serviços com total rapidez, eficiência, segurança, seguindo o fluxo de trabalho das manutenções diárias realizadas pela Secretaria do Sistema de Infraestrutura seria adquirir esses EPI's para uso dos profissionais que atendem todas as demandas de trabalho no município.





#### 4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (Art. 6, inciso XXIII, alínea “d” da Lei 14.133/2021)

**4.1** A empresa contratada deverá atender aos requisitos exigidos no termo de referência nos itens que lhe compete, tendo como obrigações principais, que o item ofertado atenda todas as exigências de especificação, critérios de sustentabilidade, atendendo as normativas, que couber.

**4.2** O produto deverá ser entregue em **local indicado pela Secretaria do Sistema de Infraestrutura** – mediante agendamento com servidor designado em até **15 (quinze) dias**.

**4.3** O recebimento será feito pelo servidor designado por esta municipalidade, responsável em promover a conferência, o exame qualitativo e quantitativo e a aceitação final do objeto da dispensa eletrônica, ou não.

**4.4** O produto deverá ser entregue com as mesmas condições indicadas na proposta de preço vencedora da dispensa eletrônica, forma de acondicionamento, garantia, quantidade e qualidade, respeitando rigorosamente as especificações do termo de referência.

**4.5.** Em caso de não realização da entrega desse produto dentro do prazo de **15 (quinze) dias**, a contar do recebimento da solicitação, estará caracterizada a não aceitação, por parte da empresa vencedora. Nesta hipótese, é facultado ao município aplicar as sanções previstas em lei, bem como convocar os licitantes remanescentes, com observância da ordem de classificação, em igual prazo e nas mesmas condições, inclusive preços.

**4.6.** Ficam os licitantes vencedores obrigados a reparar, corrigir, substituir ou remover, às suas expensas, no todo ou em parte, os materiais em que se verificarem algum problema no prazo de **01 (um) dia**, a contar do horário de notificação, sem ônus para a contratante.





**4.7** O recebimento definitivo ocorrerá após verificação da quantidade e qualidade do produto e consequentemente aceitação, o que se dará no prazo de **15 (quinze) dias** contados a partir do recebimento dos EPI's.

**5. HABILITAÇÃO TÉCNICA EXIGIDA POR LEI EM CONTRATAÇÕES ESPECÍFICAS**

Não se aplica.

**6. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO (Art. 6, inciso XXIII, alínea “e” da Lei 14.133/2021)**

Não se aplica.

**7. MODELO DE GESTÃO DE CONTRATO (Art. 6, inciso XXIII, alínea “f” da Lei 14.133/2021).**

Não se aplica.

**8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO (Art. 6, inciso XXIII, alínea “g” da Lei 14.133/2021)**

## **8.1 Do Recebimento**

**8.1.1** O recebimento será feito pelo servidor designado por esta municipalidade, responsável em promover a conferência, o exame qualitativo e quantitativo e a aceitação final do objeto da licitação, ou não.

## **8.2 Prazo de pagamento**

**8.2.1** A contratada deverá apresentar a nota fiscal eletrônica, indicando o número da conta corrente, agência e banco, que será atestada pelo responsável do setor de compras ou servidor designado. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após a emissão da nota fiscal.

## **8.3 Forma de pagamento**





**8.3.1** O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado;

**8.3.2** Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

#### **8.4 Condições de pagamento**

**8.4.1** A emissão da Nota Fiscal será precedida do recebimento definitivo do objeto da contratação, conforme disposto neste Termo de Referência;

**8.4.2** Para proceder o pagamento o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como: a) a data da emissão; b) os dados do contratado e do contratante; c) o valor a pagar; e d) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis, entre outros;

**8.4.3** O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado a apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar;

**8.4.4** O Decreto Municipal nº 136/2023 do Município de Morro da Fumaça/SC trata sobre a retenção de tributos no pagamento aos fornecedores por órgãos e entidades da administração pública direta, autárquica e fundacional.

#### **9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR (Art. 6, inciso XXIII, alínea “h” da Lei 14.133/2021)**

O critério utilizado para a escolha do fornecedor será por **dispensa eletrônica**.

#### **10. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**





PREFEITURA DE MORRO DA FUMAÇA  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
SECRETARIA DO SISTEMA DE INFRAESTRUTURA

Aplicam-se as sanções previstas na Lei nº 14.133/2021 em caso de descumprimento, como advertência, multa, suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração.

## 11. CRITÉRIO DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

**Menor preço por lote.**

## 12. DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DO CONTRATADO

**12.1** A contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no termo de referência, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução da entrega;

**12.2** A contratada deverá efetuar a entrega dos EPI'S em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes neste termo de referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal;

**12.3** A contratada deverá reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo de **1 (um) dia** o produto com avarias ou defeitos;

**12.4** A contratada deverá comunicar à contratante, no prazo máximo de **24 (vinte e quatro) horas** que antecede a data da entrega do produto, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

**12.5** A contratada deve executar a entrega dos EPI's no prazo fixado sob pena de desclassificação e convocação da próxima vencedora.

**12.6** A contratada deverá manter, durante toda a execução da ata, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na dispensa eletrônica e nesse termo de referência.

## 13. DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE





**PREFEITURA DE MORRO DA FUMAÇA  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
SECRETARIA DO SISTEMA DE INFRAESTRUTURA**

**13.1.** Receber o produto no prazo e condições estabelecidas no termo de referência;

**13.2.** Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos produtos entregues provisoriamente com as especificações constantes no termo de referência e na proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo.

**13.3.** Comunicar à contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na entrega do produto, para que seja reparado ou corrigido.

**13.4.** Efetuar o pagamento à contratada no valor correspondente ao produto entregue, no prazo e forma estabelecidos no termo de referência e seus anexos.

**14. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (Art. 6, inciso XXIII, alínea “j” da Lei 14.133/2021)**

As despesas decorrentes da presente contratação correrão por conta de recursos específicos do município.

**15. VIGÊNCIA E POSSIBILIDADE DE PRORROGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS (Art. 84 da Lei 14.133/2021)**

Não se aplica.

**16. DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO**

Não se aplica.

**17. BENEFÍCIO LOCAL/REGIONAL**

Não se aplica.





**PREFEITURA DE MORRO DA FUMAÇA  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
SECRETARIA DO SISTEMA DE INFRAESTRUTURA**

---

Morro da Fumaça/SC, 18 de junho de 2026.

Anderson Rodrigues Salvador  
Chefe de departamento financeiro de Infraestrutura  
Matricula 3318

